

Programa do curso Advocacia em Direitos Humanos

Coordenação: Evorah Cardoso

Duração: 6 aulas

Datas: 07/05, 14/05, 28/05, 04/06, 11/06 e 18/06

Horário: Quarta-feira, 19h às 21h30

Objetivos: O principal objetivo do curso é estudar as novas estratégias de advocacia em direitos humanos. É possível influenciar a maneira como os direitos humanos são interpretados e aplicados pelos tribunais? É possível alterar políticas públicas e legislação através do judiciário? Como utilizar os fóruns internacionais para avançar questões de direitos humanos? Várias iniciativas brasileiras recentes apontam para uma nova forma de advogar direitos humanos, em diferentes temas (criança e adolescente, meio ambiente e comércio internacional, direito das mulheres, ações afirmativas) e fóruns (Supremo Tribunal Federal, Sistema Interamericano de Direitos Humanos, Organização Mundial do Comércio, Nações Unidas).

Público-alvo: Alunos de graduação e pós-graduação em Direito, Relações Internacionais e áreas afins. Advogados e membros de organizações não-governamentais e governamentais de direitos humanos.

Aula 1 (07/05): Litígio estratégico em direitos humanos

Professora Evorah Lusci Costa Cardoso

- Debate sobre os elementos da teoria e prática de litígio estratégico por advogados e organizações não-governamentais de direitos humanos
 - O que é litígio estratégico? Objetivos do litígio de alto impacto.
 - Ciclo do litígio estratégico: escolha de casos paradigmáticos, planejamento do litígio, implementação.

Material didático:

- Leitura obrigatória prévia:

INTERIGHTS. (2004) *Strategic litigation of race discrimination in Europe: from principles to practice*: A manual on the theory and practice of strategic litigation with particular reference to the EC Race directive. Nottingham: ERRC, INTERIGHTS, MPG, Capítulo 2. Disponível em:

<http://www.migpolgroup.com/multiattachments/2180/DocumentName/strategiclitigationmanual.pdf>

- Leitura complementar:

GONZÁLEZ MORALES, Felipe. (2002) "Algunas preguntas recurrentes en material de acciones de interés público". GONZÁLEZ MORALES, Felipe (Org.) *Litigio y políticas públicas en derechos humanos*. Santiago do Chile: Facultad de Derecho de la Universidad Diego Portales, p. 9-39.

International Human Rights Law Group (IHRLG). (2001) *Promoting justice: a practical guide to strategic human rights lawyering*. Washington: INTERIGHTS, Parte III. Disponível em:

http://www.globalrights.org/site/PageServer?pagename=wwd_promoting_justice

CARDOSO, Evorah. (2007) Harold Koh e a idéia de um processo normativo transnacional. *Revista DireitoGv*, v. 3, n. 1, jan-jul 2007, pp. 261-272.

Aula 2 (14/05): Litígio estratégico e seus atores: organizações não-governamentais, clínicas jurídicas, defensoria pública

Professora Joana Zylbersztajn

- Quem litiga estrategicamente e por quê? Diferentes perspectivas e objetivos de litígio conforme a entidade, atuação complementar.

Material didático:

- Leitura obrigatória prévia:

PUGA, Mariela. (2002) Los desafíos de las clínicas jurídicas en Argentina. In GONZÁLEZ, Felipe (Ed.). *Litigio y políticas públicas en derechos humanos*. Cuadernos de análisis jurídico. Facultad de Derecho de la Universidad Diego Portales, pp. 41-75.

ZYLBERSZTAJN, Joana *et al.* (2003) Inovações na advocacia em direitos humanos. Pesquisa elaborada pela organização não-governamental Centro de Direitos Humanos - CDH. (mimeo)

- Leitura complementar:

CARRILLO, Arturo. (2004) "Bringing International Law Home: the innovative role of human rights clinics in the transnational legal process". *Columbia Human Rights Law Review*, n. 35, pp. 527-535, 571-587. Disponível em: http://www.law.gwu.edu/NR/rdonlyres/1577E00E-4A6C-433F-961D-F3AF457C1637/0/IHRC_article_AC.pdf

ZYLBERSZTAJN, Joana. (2004) *A experiência do Escritório de Direitos Humanos: Advocacia Universitária (EDH)*. (mimeo)

WEIS, Carlos. (2002) *Direitos humanos e defensoria pública*. Boletim IBCCRIM. São Paulo, v.10, n.115, p. 5-6, jun. 2002.

Aula 3 (28/05): Criança e adolescente: caso FEBEM

Professora Eloísa Machado

- Escolha de casos, elaboração de um plano de incidência contínua em políticas públicas e práticas judiciais com relação a crianças e adolescentes internos na FEBEM.

- Escolha de fóruns. Tribunal de justiça de São Paulo e Sistema Interamericano. Impactos do litígio estratégico.

Material didático:

- Leitura obrigatória prévia:

Corte Interamericana de Direitos Humanos. Caso *Crianças e Adolescentes Privados de Liberdade no Complexo do Tatuapé da FEBEM v. Brasil*. Resoluções de medida provisória, 17 nov 2005, 30 nov 2005, 4 jul 2006, 3 jul 2007. Disponíveis em: <http://www.corteidh.or.cr/medidas.cfm>

<p>Aula 4 (04/06): Comércio internacional, meio ambiente e direitos humanos: o caso dos pneus</p>
--

Professora Michelle Rattón Sanchez

- Inter-relação de fóruns. Participação de organizações não-governamentais no caso dos pneus na Organização Mundial do Comércio e no Supremo Tribunal Federal.
- Inter-relação de temas: comércio, direito à saúde, meio ambiente.

Material didático:

- Leitura obrigatória prévia:

KWEITEL, Juana; SANCHEZ, Michelle Rattón (orgs.). (2007) *Participação da sociedade civil: comércio, saúde e meio ambiente na OMC - comunidades europeias vs. Brasil: o caso dos pneus (Seminários)*. Cadernos Direito GV, n. 17, mai/2007, pp. 45-57 e 74-76. Disponível em: <http://www.direitogv.com.br/AppData/Publication/caderno%2017.pdf>

ACPO; APROMAC; CIEL; CEDHA; Conectas Direitos Humanos; Justiça Global; Instituto O Direito por Um Planeta Verde Planeta Verde. (2006) Amicus curiae apresentado no caso *Brazil – Measures Affecting Imports of Retreaded Tyres (WT/DS332)* na OMC: http://www.ciel.org/Publications/Brazil_Tires_Amicus_3Jul06.pdf (12p.)

- Leitura complementar:

MARCEAU; STILWELL. (2001) Practical suggestions for *amicus curiae* briefs before WTO adjudicating bodies. *Journal of International Economic Law*, 4(1):155-187

Página da OMC sobre o assunto:

http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/disp_settlement_cbt_e/c9s3p1_e.htm

<p>Aula 5 (11/06): Amici curiae no Supremo Tribunal Federal</p>
--

Professora Eloísa Machado

- Estudo do mecanismo de participação de entidades governamentais e não-governamentais em casos de ação direta de inconstitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental no Supremo Tribunal Federal.

- Quando litigar um caso paradigmático e quando apresentar um *amicus curiae*? Vantagens e desvantagens do mecanismo.
- Potencial de incidência de um *amicus curiae*. Análise de casos.

Material didático:

- Leitura obrigatória prévia:

MACHADO DE ALMEIDA, Eloísa. (2006) *Sociedade civil e democracia: a participação da sociedade civil como amicus curiae no Supremo Tribunal Federal*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, capítulos 2 e 3.

Conectas Direitos Humanos, Justiça Global e APROMAC. (2006) Amicus curiae apresentado na ADI 3801, Supremo Tribunal Federal (Caso dos pneus).

- Leitura complementar:

De LAURENTIIS, Thais Catib. (2007) *Caracterização do amicus curiae à luz do Supremo Tribunal Federal*. Monografia da Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP). Disponível em: http://sbdp.org.br/ver_monografia.php?idMono=106

Aula 6 (18/06): Advocacy em direitos humanos: entre litígio e outras estratégias: caso maria da penha e ações afirmativas

Professora Evorah Lusci Costa Cardoso

- Estratégias de *advocacy*: mobilização, lobbying e litígio. Qual escolher?
- Análise de casos que envolvem diferentes abordagens de *advocacy* em direitos humanos por entidades brasileiras:
 - Caso Maria da Penha na Comissão Interamericana de Direitos Humanos – violência doméstica e familiar contra a mulher
 - Dificuldades de implementação
 - Racismo, Conferência de Durban, ONGs e imprensa – reconhecimento de ações afirmativas
 - Sucesso na tematização

Material didático:

Relatório N. 54/01 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Caso 12.051 – Maria da Penha, Brasil, 16 de abril de 2001). Disponível em: <http://www.cidh.org/annualrep/2000port/12051.htm>

Lei 11.340, 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

Petição inicial da Presidência da República na ADC 19, novembro de 2007 (Sobre Lei Maria da Penha). Disponível em: <http://www.stf.gov.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADCN&s1=19&processo=19>

Artigos de jornal sobre a Conferência de Durban e trechos selecionados da tese SANTOS, Marcio André de Oliveira dos. *Persistência política dos movimentos negros brasileiros: processo de mobilização à 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo*.

Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, setembro de 2005.

- Leitura complementar:

MacDOWELL, Cecília. (2007) Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Sur Revista Internacional de Direitos Humanos*, n. 7, ano 4. Pp. 26-57. Disponível em: www.surjournal.org/conteudos/getArtigo7.php?artigo=7,port,artigo_santos.htm

Equipe docente:

Evorah Lusci Costa Cardoso (evorahl@gmail.com) é mestranda em Filosofia e Teoria Geral do Direito na Universidade de São Paulo (USP) com o tema vinculado a litígio estratégico na Corte Interamericana de Direitos Humanos, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pesquisadora do Núcleo de Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NDD-CEBRAP).

Eloísa Machado de Almeida (eloisa.machado@conectas.org) é advogada formada em 2001 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e possui formação em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Mestra em Sociologia e Política pela PUC/SP, com tema vinculado à democracia e participação da sociedade civil. Formou-se também em cursos de extensão e especialização em direito constitucional, pela Sociedade Brasileira de Direito Público e em direito do terceiro setor, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP). Foi advogada coordenadora do Projeto Centro de Defesa Técnica-Jurídica de Adolescentes do ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente de 2001/2003. Participou, em 2003, do grupo de pesquisa para formação da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, no tema de Direitos Constitucionais Fundamentais. Desde 2003 é coordenadora do programa de advocacia paradigmática em Direitos Humanos da CONECTAS. É professora do curso de especialização do Centro de Direitos Humanos e Conselheira da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Joana Zylbersztajn (jozylbers@uol.com.br) é Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Mestranda em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e ex-bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). É Diretora da organização não-governamental Centro de Direitos Humanos (CDH) e atualmente é consultora da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Michelle Ratton Sanchez (michelle.sanchez@fgv.br) é doutora em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com tema vinculado à participação de atores não estatais na Organização Mundial do Comércio, Professora da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pesquisadora do Núcleo de Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NDD-CEBRAP).